



“‘Reforma’ administrativa de Bolsonaro é um retrocesso de quase 100 anos”, afirma pesquisador | 1

# “‘Reforma’ administrativa de Bolsonaro é um retrocesso de quase 100 anos”, afirma pesquisador

A proposta de reforma administrativa enviada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Legislativo é um retrocesso na administração pública e serviços prestados à população que vai além da Constituição Federal de 1988. É o que avalia o advogado Cacau Pereira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), em entrevista à reportagem do Sintrajud, cujo trecho está reproduzido neste vídeo.

O advogado disse que é um erro acreditar que a proposta enviada ao Congresso Nacional é bem aquém do que vinha sendo anunciado, como o governo e parte da mídia tentam convencer a população. “Eu penso que é um equívoco muito grande pensar que é uma reforma desidratada ou de baixo impacto. Ela, na verdade, desestrutura por completo o Regime Jurídico construído na Constituição de 1988, praticamente acabando com o ingresso no serviço público, praticamente acabando com a carreira, e prepara o Brasil para um novo modelo de gestão do serviço público. Eu tenho dito que é um retrocesso que não é anterior à Constituição de 1988, é um retrocesso de quase 100 anos”, disse. “Aquelas mazelas do patrimonialismo, da ingerência política nos serviços públicos, elas vão ser retomadas com muita força. Já existem hoje, é verdade, mas estão assim, mitigadas, digamos, por conta de algumas garantias constitucionais que nós temos, principalmente o ingresso dos servidores via concurso. Nós vamos ter uma porteira aberta para todo tipo de ingerência política”, alertou.

## Outras PECs

Cacau aponta outro aspecto que não deve ser secundarizado: as matérias que já estavam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. “É mais equivocada ainda ignorar que nós temos pelo menos três outras PECs que foram apresentadas e que podem entrar em tramitação a qualquer momento. Por exemplo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, logo após a apresentação da PEC da ‘reforma’ administrativa, foi a um órgão de televisão importante e disse que a PEC Emergencial pode ser retomada, que é aquela que possibilita



“‘Reforma’ administrativa de Bolsonaro é um retrocesso de quase 100 anos”, afirma pesquisador | 2

acionar o gatilho, sempre que se alcançar um determinado grau de endividamento do ente público, e a partir daí reduzir salário e jornada de servidores. Ignorar que existem essas três PECs, que elas podem voltar à tramitação a qualquer momento e que existem vários outros projetos de lei, que também seguem parados, que regulam vários aspectos da vida funcional, é desconhecer a realidade”, observou.

## TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM

**Como a 'reforma' administrativa vai afetar você**

<p>Fin do regime jurídico único (RJU) e criação de outras formas de contratação, resultando no progressivo esvaziamento e desvalorização das carreiras atuais.</p>	<p>Ampliação das formas precárias e discricionárias de ocupação aumentam o espaço para a corrupção e a deterioração das relações de trabalho, incluindo o aumento do assédio moral.</p>
<p>Servidores aposentados atuais vão sofrer mais ataques à paridade salarial.</p>	<p>Das cinco tipos de cargos criados, apenas os assim chamados "exclusivos de Estado", que seriam limitados por lei a um número restrito, permanecem com a estabilidade, mesmo assim reduzida.</p>
<p>As PECs e os cargos em comissão são substituídos por "cargos de liderança e assessoramento", cuja ocupação pode ser ampliada para pessoas de fora do quadro, inclusive para postos de chefia.</p>	<p>A estabilidade dos atuais servidores também diminuirá porque a regulamentação da função por assessoramento de desempenho será por lei ordinária e não mais complementar, o que é de mais fácil aprovação e controle do governo, com critérios subjetivos.</p>
<p>Terciarização será ampliada e serviços poderão ser transferidos para empresas ou organizações privadas, mesmo que a queda do subsidiariedade na OJ.</p>	<p>Paulo Guedes já defendeu a 'confiança' como critério para a estabilidade.</p>
<p>Contratações por tempo determinado, sem prazo e sem concurso, por "processo seletivo simplificado", poderão ser ampliadas em relação aos demais cargos, e levar a um reduto de pessoal a cada nova gestão.</p>	<p>A PEC não extingue o concurso público, mas ele pode ser burocratizado ou esvaziado pelas outras formas de contratação precárias e discricionárias criadas.</p>
<p>O concurso passa a ser em duas etapas: provas e avaliação no exercício da função, acabando com a impessoalidade (candidatos podem ser submetidos a avaliações subjetivas para serem aprovados ou não e poderão ser avaliados por indicados para cargos de liderança e assessoramento).</p>	

Comissão da Câmara que analisará PEC 32 é instalada sob protestos

**Artur Lira coloca PEC 32 para tramitar neste dia 9**  
**#PEC32GolpeNoPovo**



“‘Reforma’ administrativa de Bolsonaro é um retrocesso de quase 100 anos”, afirma pesquisador | 3

Comissão pode ser instalada nesta quarta (9), sob pressão nas redes e abaixo-assinado contra PEC 32



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32